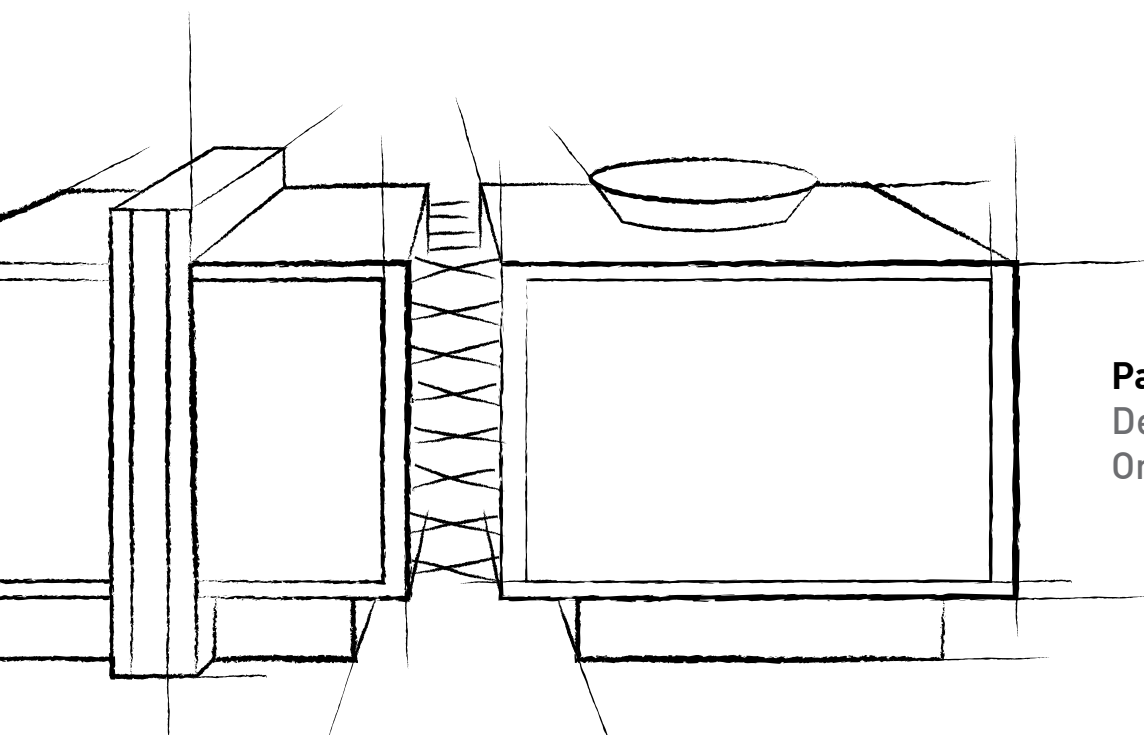




Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 1
Departamento de
Orçamento e Finanças

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça Andre Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antonio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antonio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Assessoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 1 – Departamento Orçamento e Finanças

Referente ao período de agosto de 2010 a janeiro de 2014

Departamento de Orçamento e Finanças

SAS Quadra 5, Bloco H, Sala 720, Edifício do Ibama, Brasília-DF

Telefone: (61) 3315-9685 | Fax: (61) 3315-9645

E-mail: dof@mpdft.mp.br

Hilton Muniz de Almeida - Chefe

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa - PGJ

Elizângela Monteiro

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Bruna Falco de Sá Souza, Giulean Alves de Matos, Lílian Cursino Pessoa, Luciana Formiga Rodolfo Vasconcelos de Oliveira, Marília da Silva Ferreira

Julho de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total dessa obra, desde que citada a fonte.

No dia 30 de outubro de 2014, concluirei meu segundo mandato no cargo de Procuradora-Geral de Justiça do DF e Territórios, posição que muito me honra, notadamente por ter recebido importantes votos de confiança de meus ilustres colegas, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e da Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Vana Rousseff.

Confiança que também inspira responsabilidade, pois a única forma de retribuí-la é por meio de muito trabalho, estudo e dedicação incondicional. Os mais próximos sabem o quanto isso foi levado a sério e o quanto se trabalhou nesse período!

Em toda trajetória, vivenciei uma gama de dificuldades e de conquistas que não me furto a relatar. O início, bem espinhoso, exigiu um considerável período dedicado ao estudo e à compreensão dos fatos e das iniciativas necessárias à recuperação da credibilidade que sempre marcou a Instituição. Foi um tempo dedicado ao aprendizado e, principalmente, à busca de soluções que mais tarde contribuíram para o reconhecimento da importância do papel do MPDFT – seus membros, servidores, estagiários e terceirizados – na defesa das causas da sociedade. Era preciso mostrar resultados e oferecer estrutura física e material para alcançá-los.

É claro que nem todos têm conhecimento do que se fez. Por isso, faço uma retrospectiva. Afinal, prestar contas ao término de cada mandato, além de um dever, é uma demonstração de respeito aos que em mim confiaram e confiam. Esclareço, por oportuno, que escolhi não fazê-lo em 2012 (quando concluí meu primeiro mandato), tendo por objetivo maior resguardar a lisura do processo eleitoral nas suas duas fases, por ser então candidata à recondução.

Portanto, **a partir deste mês, serão publicados relatórios de prestação de contas segmentados por área**, com os quais pretendo demonstrar tudo o que foi realizado com base no Plano de Gestão 2010-2012 e no Plano de Gestão 2012-2014. Farei uma exposição, também, das iniciativas que não estavam planejadas, das respostas que foram dadas às necessidades inesperadas e aos imprevistos comuns a qualquer administração, os quais exigem ação rápida e precisa.

"Em toda trajetória, vivenciei uma gama de dificuldades e de conquistas que não me furto a relatar."



Nesta primeira edição de Prestação de Contas, escolhi começar pela área financeira, porque entendo que a boa gestão dos recursos públicos, bem como a capacidade de lutar por eles, é a base para realização de quase todos os projetos. Sem dinheiro, nada ou quase nada poderia ou pode ser feito, principalmente porque optei, desde o início, em priorizar os investimentos na atividade-fim, o que passava, indubitavelmente, pela qualificação da atividade-meio, sem esquecer a capacitação e o aperfeiçoamento de todos (membros e servidores), como também a melhoria das instalações físicas. Logo, o primeiro passo deveria ser a busca de recursos orçamentários para a consecução desses objetivos.

Como é sabido, o ano de 2010 marcou um período de crise, que, se não tivesse sido superada, teria comprometido fortemente a imagem do MPDFT e abalado de modo irreversível a confiança da sociedade em nossa Instituição. Confiança que foi conquistada em longos anos de trabalho. Estávamos, então, sob o bombardeio da mídia, atingidos por um escândalo. Um fato isolado - é certo - mas, naquele momento, seus tentáculos colocavam à prova a credibilidade institucional.

Imagine bater às portas do Parlamento e pedir reforço orçamentário em tal situação?

Não foi fácil. Contudo, determinada a não me render às dificuldades, reuni as informações de que precisava (projetos, demonstrativos de custos, documentos) e fui ao Procurador-Geral da República, ao Congresso Nacional, aos órgãos do Executivo, dentre eles a Secretaria da Fazenda (SAF) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), para apresentar as demandas da Instituição. Ressalte-se aqui que o Projeto de Lei de Orçamento do MPDFT (no âmbito do MPU) para o ano seguinte (2011), que já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional, não estava ajustado ao Plano de Gestão 2010/2012.

Com efeito, bati e as portas se abriram, graças ao bom relacionamento que faço questão de cultivar, pois pratico o discurso de que nenhum Órgão deve trabalhar sozinho, principalmente quando estiver em jogo o interesse público e social.

Nos anos que se seguiram (2011, 2012 e 2013), persegui incessantemente o aumento do orçamento do MPDFT, o qual teve um crescimento de 25% no referido período.

Tais recursos oportunizaram a concretização de vários projetos, cuidadosamente pensados por esta Administração Superior, como, por exemplo:

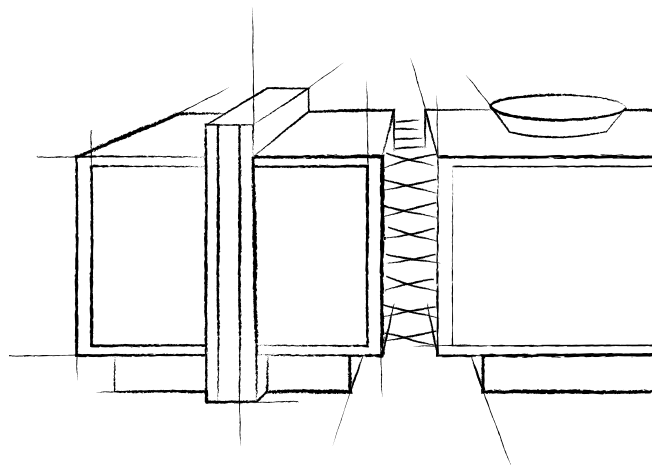
- a realização de dois concursos públicos para ingresso na carreira, executados pelo próprio MPDFT;
- investimentos no aperfeiçoamento e no aprimoramento de membros e servidores;
- ajuste indispensável de função e de cargo comissionados;
- aprovação de Projeto de Lei para transformação de 51 cargos de Promotor de Justiça Adjunto em um de Procurador de Justiça e 50 de Promotor de Justiça;
- aumento no número de vagas para os cargos de analistas e técnicos, que subiram de 1487 para 1733;
- criação de 38 novas Promotorias de Justiça;
- aumento das unidades da atividade-meio e da atividade-fim, em suas múltiplas especificidades;
- conclusão das obras da 2ª Etapa do Edifício-Sede, iniciadas no ano de 2007;
- mudança para o Edifício-Sede do MPDFT dos Departamentos de Gestão de Pessoas (DGP), de Arquitetura e Engenharia (DAE), de Apoio Administrativo (DAA), e de Perícias e Diligências (DPD), que antes estavam instalados em prédio alugado situado no SIG (Edifício Xerox); mudança do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Edifício Ibama para um prédio alugado no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), onde foi instalado o Centro Tecnológico do MPDFT; além da mudança da Secretaria de Planejamento (Secplan), da Central de Medidas Alternativas (CEMA) e da Divisão de Promoção da Saúde (DIPRES), antigo SETAPS, que estavam no Edifício Ibama e hoje se encontram no Edifício-Sede do MPDFT;
- destinação de espaço e instalações dignas para o funcionamento do serviço médico, hoje, Departamento de Atendimento à Saúde (DAS);
- reforma de diversos espaços da 1ª Etapa do Edifício-Sede (banheiros e copas de todos os andares, mezanino, auditório, entrada principal, 7º, 8º e 9º andares, além da readequação de outros espaços com a utilização das antigas divisórias, com o objetivo de testar um novo *layout* para o planejamento das reformas necessárias);
- reforma e reinauguração do restaurante, que passou a ser administrado pela Escola de Gastronomia do SENAC;
- instalação de sala-cofre no Edifício-Sede do MPDFT;
- compra de equipamentos de informática;
- compra e instalação da nova central telefônica para a sede do MPDFT;

- compra de 71 veículos para atendimento das Promotorias de Justiça instaladas nas circunscrições judiciárias;
- início e continuidade da construção da Promotoria de Ceilândia;
- início e continuidade da construção da Promotoria de São Sebastião;
- início e continuidade da reforma da Promotoria de Taguatinga;
- locação e adequação de imóveis destinados à instalação das sedes das Promotorias de Justiça do Núcleo Bandeirante, de Sobradinho, de São Sebastião e do Guará, que antes ocupavam espaços acanhados nos Fóruns das respectivas circunscrições judiciárias; e
- locação de imóveis destinados à instalação da sede da Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, que funcionava em um barracão próximo à Rodoviária (cedido pela Administração Regional) e da instalação provisória da sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga até a conclusão das obras da reforma de seu próprio edifício.

São esses, dentre outros, os resultados que ora desejo apresentar nesta Prestação de Contas e **também os desafios que deverão ser enfrentados.**

Permaneço à disposição para esclarecer pessoalmente eventuais dúvidas, pois as portas de meu gabinete sempre estiveram abertas a todos e assim continuam.

Eunice Pereira Amorim Carvalho
Procuradora-Geral de Justiça



DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (DOF)

Quadro 1 – Demonstrativo de emendas aprovadas entre agosto de 2010 e dezembro de 2013

De janeiro de 2011 a dezembro de 2014, o MPDFT reforçou seu orçamento básico em R\$ 74,3 milhões, via emendas parlamentares¹.

Fonte: Siafi 2010 a 2013

DESTINAÇÃO	VALOR (R\$)
2010/2011	
Ação para Defesa da Criança e do Adolescente	200.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário Procuradoria-Geral de Justiça do DF e Territórios	1.900.000
Construção de sede de Promotoria de Justiça do MPDFT	400.000
Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do DF e Territórios	21.000.000
Construção da sede da Promotoria de Justiça da Ceilândia	8.000.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	1.000.000
Subtotal	32.500.000
2011/2012	
Construção da sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião	3.250.000
Reforma e ampliação da sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga	1.000.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	1.000.000
Subtotal	5.250.000
2012/2013	
Construção da sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião	16.000.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	2.300.000
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT	7.250.000
Reforma e ampliação da sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga	1.000.000
Subtotal	26.550.000
2013/2014	
Construção da sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia	10.000.000
Subtotal	10.000.000
Total	74.300.000

ANO	VALOR (R\$)
2010	63.630.000
2011	52.394.965
2012	38.294.879
2013	95.315.304
Total	249.635.148

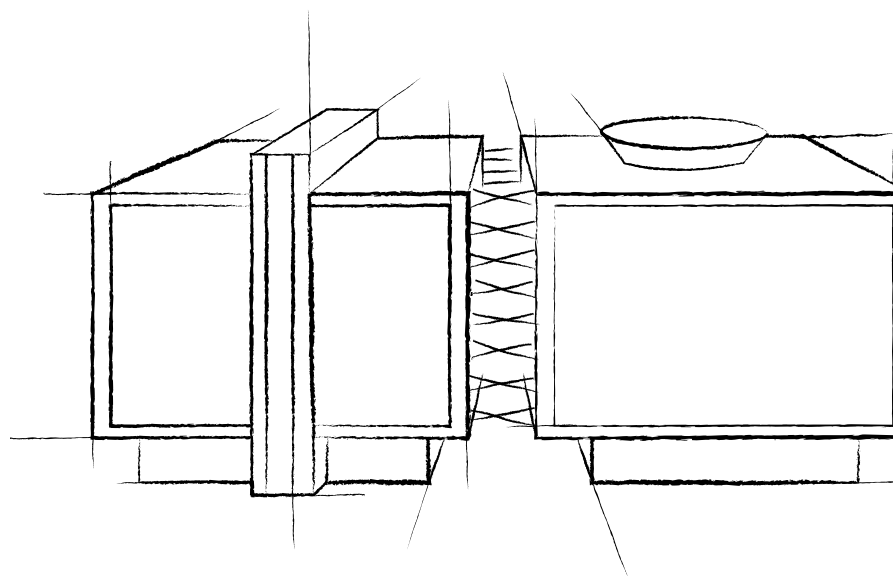
Quadro 2 – Demonstrativo
das suplementações ao
orçamento de agosto/2010 a
dezembro/2013

**De agosto de 2010 a
dezembro de 2013, o
MPDFT reforçou seu
orçamento básico em
R\$ 249,6 milhões.**

Fonte: Siafi 2010 a 2013

Tempo de Dialogar

Estratégia exitosa na busca de recursos



O que será relatado abaixo não veio com facilidade. Ao contrário, foram diversas partidas de um jogo que requer estratégia, perseverança, justificativas, prestação de contas aos parlamentares e demonstração do valor da execução orçamentária, diretamente acompanhada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

O êxito foi alcançado na grande maioria dos pleitos. O que propiciou, com planejamento e rigorosa execução, dar andamento a projetos essenciais ao MPDFT.

O valor de R\$ 74,3 milhões, resultante de emendas parlamentares, obtidas entre os anos de 2010 e 2013 (ver quadro 1, na página 7, e gráfico 1, abaixo) não deixa dúvidas sobre o expressivo volume de recursos recebidos pelo MPDFT, quando comparados aos exercícios anteriores.

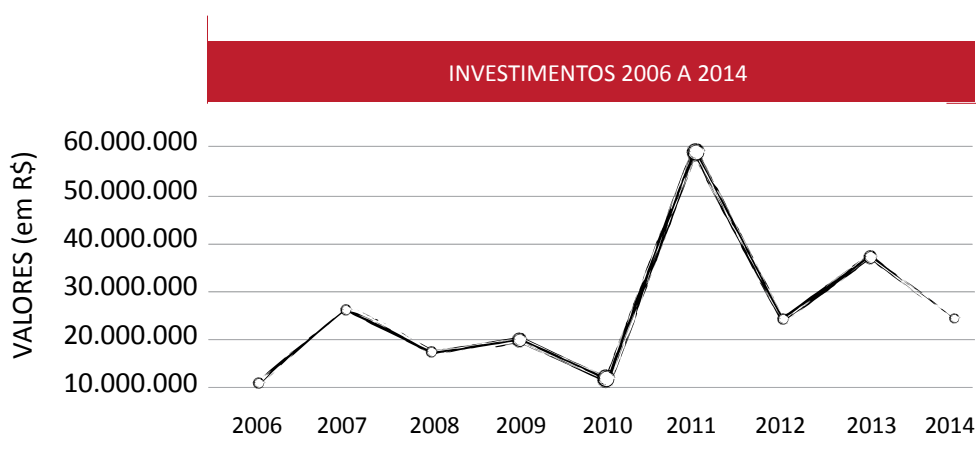


Gráfico 1: Recursos para investimentos de 2006 a 2014

Fonte: SIAFI 2006 a 2014

A aproximação com o parlamento tem sido prática constante desde o início do primeiro mandato e decorre do entendimento de que é possível agir em sintonia com as demais instituições, principalmente, se o interesse estiver assentado na melhoria dos serviços prestados ao cidadão e à própria comunidade.

É claro que tal iniciativa não se divorcia do compromisso com a ética e o dever público. Ao contrário, trata-se de uma relação institucional

obrigatória, anunciada e registrada nos Planos de Gestão (2010-2012/2012-2014), onde se destaca o compromisso de “zelar pela autonomia e independência do MPDFT nas suas relações com os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, e com os órgãos de controle (TCDF, TCU e CGU)”.

Exercício de 2010

Em 4 de agosto de 2010, início do primeiro mandato, restavam apenas 37% dos recursos orçamentários/financeiros autorizados para serem gastos naquele ano, como demonstra o gráfico a seguir:

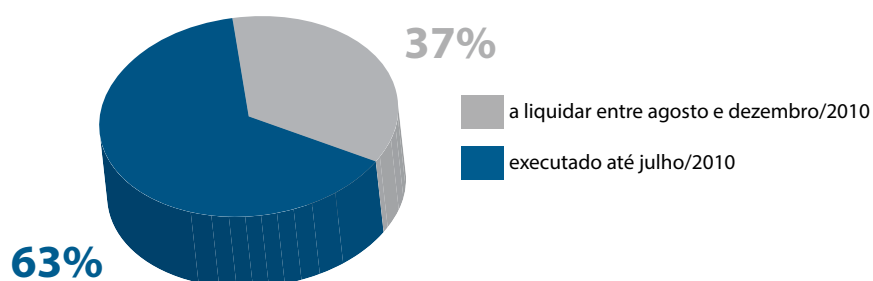


Gráfico 2 – Orçamento a executar entre agosto e dezembro/2010

Fonte: Siafi 2010

Tais recursos não seriam suficientes à realização das ações necessárias e planejadas, pela nova gestão, para o transcurso dos últimos meses do ano. Naquela ocasião, estavam contingenciados R\$ 866,6 mil. Deste montante, foram liberados apenas R\$ 664,4 mil em dezembro de 2010.

Exercício de 2011

Os valores inseridos na proposta orçamentária do ano de 2011, que já se encontrava no Congresso Nacional, estavam assentados numa perspectiva um tanto diferente do que constava no Plano de Gestão pensado para os próximos dois anos (2010/2012).

Acrescente-se, ainda, que no âmbito do MPU, o MPDFT utilizava e utiliza, anualmente, cerca de 80% de seu orçamento para despesas com pessoal. O restante, cerca de 20%, é destinado às contas de custeio e investimentos.

De fato, consideradas as necessidades de investimentos*, 20% representavam e representam uma quantia bem pequena para custear os gastos com reforma e manutenção dos prédios, construção de sedes próprias, aquisição de móveis, energia elétrica, água, telefone,



Frota de veículos renovada

*Nos próximos relatórios serão apresentados os detalhamentos dos investimentos nas diversas áreas e unidades que compõem o MPDFT.

modernização de equipamentos, atualização tecnológica, renovação e aumento da frota de veículos, alugueis, combustíveis, material de consumo (lápiz, papel, tonner, etc.), serviços de reprografia, passagens, diárias, cursos e diversas outras demandas, como o auxílio-moradia.

Como se sabe, a fórmula para obtenção de recursos adicionais passa pelo processo de emendas parlamentares e suplementações que devem ser votadas pelo Congresso Nacional, sendo certo que a liberação de recursos para investimento no setor público é um permanente desafio. Desafio que exige habilidade e bom relacionamento, haja vista o grande número de Órgãos que disputam uma fatia do bolo orçamentário, sem esquecer a especificidade e as particularidades da própria instituição ministerial.

Tal situação fática motivou o primeiro e decisivo passo direcionado à recomposição dos recursos, qual seja, uma batalha implacável junto à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aos parlamentares da bancada do Distrito Federal na Câmara e no Senado, que apresentaram emendas ao orçamento do MPDFT.

Em seguida, a Administração Superior trabalhou na sensibilização dos relatores do orçamento (geral e setorial) e dos responsáveis pelo assunto no Executivo. Como resultado, obteve-se o montante de R\$ 32,5 milhões via emenda parlamentar, que foi disponibilizado ao MPDFT no mês de outubro de 2011.

Nesse ano, o contingenciamento de recursos atingiu o valor de R\$ 7,5 milhões, que também foi liberado em setembro e outubro.

Exercício de 2012

Para o exercício de 2012, a proposta orçamentária (encaminhada em 2011) foi reajustada, porém continuava aquém do efetivamente necessário, o que demandou novo esforço por apresentação de emendas. Com o apoio de parlamentares da bancada do DF na Câmara e no Senado, obteve-se o valor de R\$ 5,2 milhões. Registre-se, por oportuno, que em 2012, o contingenciamento atingiu a cifra de R\$ 1,7 milhão, sendo que tais recursos foram disponibilizados apenas em dezembro.



Promotoria do Núcleo Bandeirante acomodada em novas instalações.



Reunião com a bancada do DF no Congresso Nacional em 2012

Exercício de 2013

Em 2013, a proposta orçamentária (encaminhada em 2012) também foi reajustada e reforçada por emendas da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e da bancada do Distrito Federal, no valor de R\$ 26,5 milhões. Dessa vez, o contingenciamento atingiu o montante de R\$ 5 milhões, que foi disponibilizado em novembro de 2013. Registre-se, ainda, a luta da Administração Superior na aprovação do PLN 34/2013.



Reunião do MPDFT com deputados federais do DF em 2013

Exercício de 2014

A proposta orçamentária para 2014 (encaminhada em 2013) também foi reajustada e reforçada em mais R\$ 10 milhões, por meio de emenda da bancada do Distrito Federal. O valor do orçamento aprovado pela Lei nº 12.952 de 14 de janeiro de 2014, totalizou R\$ 524,4 milhões. Desse montante, foi contingenciado (até março de 2014) o valor de R\$ 3,4 milhões.

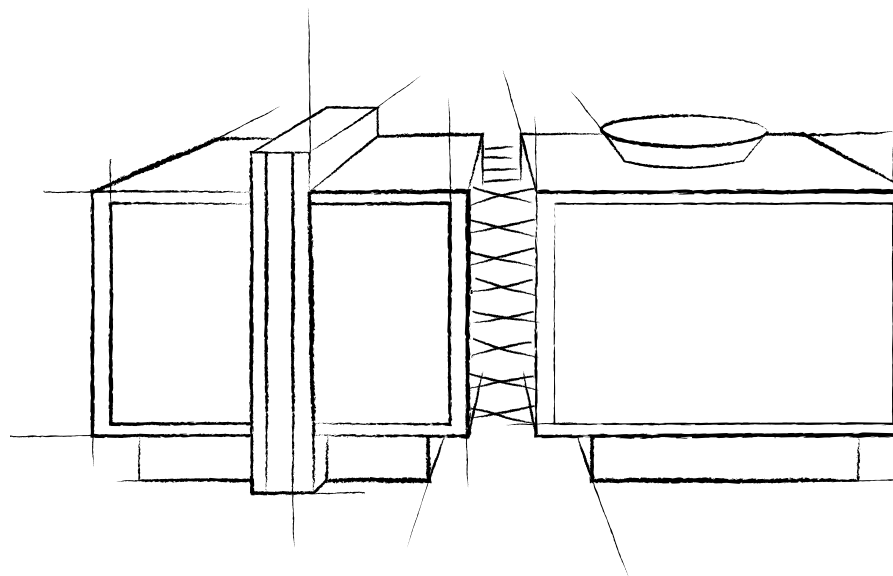
"Nestes últimos quatro anos pude testemunhar a proatividade e a dedicação da PGJ na defesa dos interesses do MPDFT no Congresso Nacional. Sua habilidade na articulação, aliada à adequada estratégia política, foram fundamentais à conquista dos diversos pleitos."



Giulean Alves, assessor parlamentar

Tempo de Executar

Responsabilidade na utilização dos
recursos



Conforme demonstrado, o orçamento do MPDFT resulta dos valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), acrescidos de emendas parlamentares até a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), e de créditos suplementares obtidos durante a sua execução.

Entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013, os créditos suplementares alcançaram a cifra de R\$ 265 milhões. Desse valor, cabe destacar que R\$ 249,6 milhões foram obtidos durante a atual gestão. Somados ao orçamento anual aprovado, resultam no total de R\$ 1,7 bilhão de recursos geridos pela atual administração do MPDFT.

	2010	2011	2012	2013
Orçamento aprovado (a)	365.540.795	427.930.635	436.602.637	464.764.832
Suplementação (b)	73.437.531	52.394.965	38.294.879	95.315.304
Orçamento autorizado (c=a+b)	444.978.326	480.325.600	474.897.516	560.080.136
Empenhado (d)	441.508.220	478.464.529	471.201.307	555.249.839
Recursos contingenciados (e)	202.781	600.000	1.252.928	4.628.329
Transferências (f)	316.576	1.161.218	395.872	22.254
Executado (g)	441.508.220	478.464.529	471.201.307	555.243.839
% Execução g/(c-e-f)	99,34	99,98	99,57	99,97

Quadro 3 – Descritivo do Orçamento Anual do MPDFT

Nota: “Orçamento aprovado (a)” é igual a valores constantes no PLOA e “Suplementação (b)” é igual a créditos adicionais.

É certo que a obtenção de recursos orçamentários/financeiros faz parte das obrigações da Administração Superior do MPDFT. Todavia, para manter e/ou reforçar o orçamento de cada exercício, há que se demonstrar a adequada destinação e a correta utilização dos recursos.

A atual Administração Superior, observando tais critérios, aliados à transparência e à responsabilidade, logrou alto percentual de execução orçamentária, alcançando, a cada ano, o emprego de quase 100% dos recursos autorizados. Tal êxito é bastante raro acontecer na administração pública, em razão do complexo procedimento administrativo de compras e/ou contratações.

2010	99,34%
2011	99,98%
2012	99,57%
2013	99,97%

Quadro 4 – Execução Orçamentária/Financeira do MPDFT

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Os dados acima traduzem a capacidade de trabalho e a competência técnica dos gestores das áreas administrativas do MPDFT. Com adequado planejamento, conseguiram efetivar contratações, comprar bens e equipamentos, reformar e construir novas instalações no prazo estabelecido para cada exercício, evitando o desperdício e a devolução de recursos.

Ressalta-se que os altos percentuais da execução orçamentária asseguraram ao MPDFT o incremento de recursos financeiros da ordem de 25% sobre o orçamento autorizado. Os gráficos a seguir demonstram o crescimento real dos orçamentos executado e autorizado.

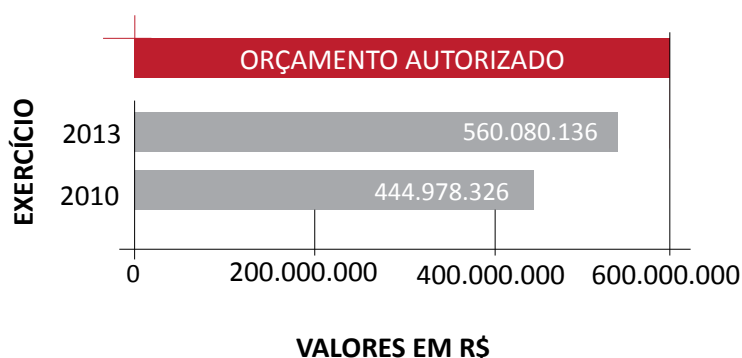


Gráfico 3 – Aumento de 25% no orçamento autorizado entre 2010 e 2013

Fonte: Siafi 2010 a 2013

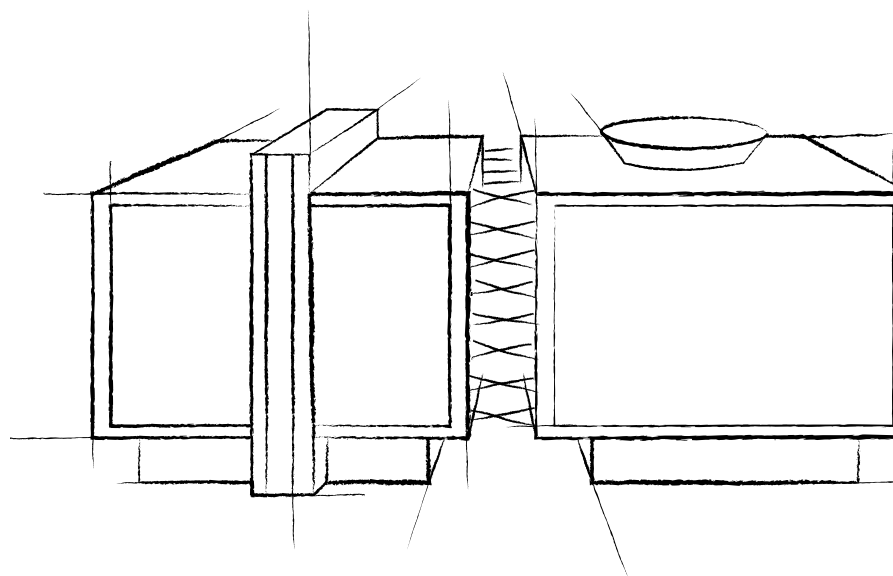


Gráfico 4 – Aumento de 26% no orçamento executado entre 2010 e 2013

Fonte: Siafi 2010 a 2013

Tempo de Superar

Eficiência reconhecida



As contas de 2010 e 2011 foram aprovadas sem qualquer ressalva.

Com relação às primeiras, o TCU teceu elogios à gestão dos recursos públicos no âmbito da administração do MPDFT. O feito foi registrado no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, em que se destacou a superação das metas físicas no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme a seguinte transcrição:

"(...) entre as outras atividades a cargo do MPU, destacou-se a defesa do interesse público no processo judiciário, principalmente no âmbito (...) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cujas metas físicas foram superadas."

Quanto às **contas do exercício de 2011**, os investimentos efetuados pelo MPDFT, especificamente, na construção da sede da Promotoria de Justiça de Ceilândia e na construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do MPDFT, foram motivo de elogio por aquela Corte de Contas, ressaltando-se que nenhum outro ramo atingiu percentual físico de execução tão alto (2011, p. 339)²:

"Entre os investimentos efetuados pelo MPU, cujos valores empenhados aumentaram em cerca de 55% em relação ao exercício anterior, destacaram-se as obras de construção das sedes (...) da Promotoria de Justiça em Ceilândia-DF e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em Brasília-DF (...)."

As **contas do exercício de 2012**, embora não tenham sido examinadas pelo TCU até a presente data (abril/2014), tiveram sua aprovação recomendada pela Auditoria Interna do MPU (AUDIN).

2 Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, 2011.

Tal auditoria é realizada *in loco*, por meio de fiscalização e avaliação dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e os auditores **não apontaram qualquer restrição impeditiva**.

Melhor que isso. Em seu relatório, o Auditor-Chefe, Sebastião Gonçalves de Amorim, afiançou a **“regularidade da gestão dos responsáveis pelas contas do MPDFT no exercício de 2012”**, ressaltando expressamente que o **“MPDFT desenvolveu eficiente ambiente de controle e adequada comunicação, favorecendo-se do bom funcionamento da instituição”**.

Acrescente-se, ainda, que o referido Relatório destaca a preocupação da Administração Superior do MPDFT com a atividade-fim, ao afirmar que **“dos 60 projetos realizados ao longo do ano de 2012, 36 impactaram algum dos objetivos voltados para a área-fim da instituição, resultando em benefícios para a sociedade”**.

Os auditores analisaram 32 indicadores de desempenho, dentre os 67 relacionados pelo MPDFT no acompanhamento da execução de 29 objetivos estratégicos. Os indicadores foram considerados adequados, com destaque para o uso de “fontes de informações confiáveis”, a transparência e a confiabilidade dos dados, a possibilidade de acompanhamento do desempenho no decorrer dos anos e o respaldo de pesquisas realizadas com os públicos interno e externo.

Ao final, a auditoria ressaltou, dentre as principais ações: a **inauguração da segunda etapa do Edifício-Sede**; a reforma estrutural da primeira etapa do edifício e sua adequação às normas de acessibilidade, além de novas instalações em Sobradinho e São Sebastião.

Também foram apontados o incremento do quadro de pessoal, com a chegada de mais 94 servidores; o aumento da estrutura, com a criação de novas coordenadorias e serviços; e a reestruturação administrativa do Plan-Assiste, da Secretaria Executiva Psicossocial e da Secretaria Executiva de Medidas Alternativas.

O Relatório de Auditoria de Gestão cita um conjunto de ações que, segundo os auditores, **“retrata a missão institucional de promover a Justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade”**.

As **contas de 2013** foram apreciadas pela AUDIN, que as encaminhou ao TCU, sem quaisquer ressalvas.



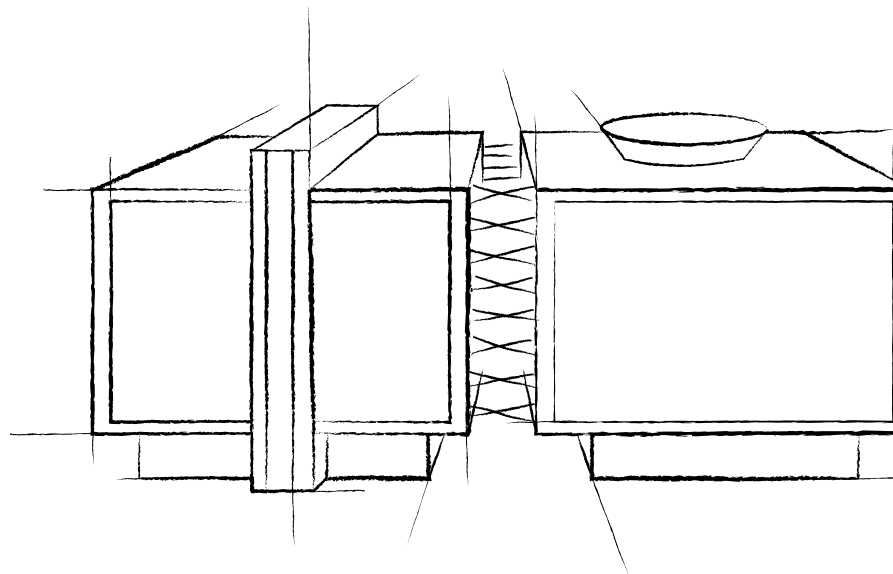
Ampliação do Edifício-Sede do MPDFT, com a construção da 2ª Etapa



Novo edifício da Promotoria de Ceilândia será inaugurado em breve

Tempo de Investir

Melhorias na estrutura e
aumento de pessoal



Há que se destacar, ainda, a reestruturação administrativa do MPDFT.

A Instituição encerrou 2013 com 647 unidades administrativas, sendo 484 destinadas à atividade-fim e 163 à atividade-meio. Portanto, o crescimento real das unidades voltadas à atividade-fim alcançou o percentual de 30,5%.

Tais dados demonstram, à exaustão, a determinação da Administração Superior em viabilizar o bom desempenho das atividades meio e fim.

Desde o início de sua gestão (agosto de 2010) até a presente data, a Administração Superior priorizou investimentos na área de pessoal, dado o entendimento de que o reforço das equipes mostra-se primordial à otimização dos resultados da atividade-fim.

Nesse período, foi realizado o 29º Concurso para ingresso na carreira do MPDFT no cargo de Promotor de Justiça Adjunto, com ingresso de 48 Promotores de Justiça Adjuntos, e o 30º Concurso, com ingresso de 25 Promotores de Justiça Adjuntos. Em junho de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.676, originária do PL nº 6.721/2009, que transformou 54 cargos de Promotor de Justiça Adjunto em 1 cargo de Procurador de Justiça e 50 de Promotor de Justiça. Essa transformação de cargos permitiu a promoção de Promotores de Justiça Adjuntos em Promotores de Justiça, evitando a estagnação na carreira.

Além disso, o quantitativo de cargos para analistas e técnicos aumentou de 1487 para 1733, conforme Lei nº 12.321, de 8 de setembro de 2010.

Os estudos para implementar a promoção dos membros e a lotação dos servidores foram desenvolvidos pela Assessoria de Políticas Institucionais (API), com o auxílio indispensável da Diretoria Geral, da Chefia de Gabinete, da Secretaria de Planejamento (Secplan) e do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP).

Tal crescimento, aliado ao aperfeiçoamento de procedimentos administrativos, teve como objetivo precípuo possibilitar meios para minimizar a sobrecarga de trabalho na atividade-fim, além de permitir que Promotores e Procuradores pudessem dedicar mais tempo à análise de temas relevantes, às atividades extrajudiciais, enfim, ao



A Promotoria de Justiça de São Sebastião ganhou novas instalações

"O envolvimento da Procuradora-Geral de Justiça, na determinação das prioridades e metas a serem realizadas, a cada exercício financeiro, possibilitou a execução de praticamente a integralidade desses recursos."



Hilton Muniz, chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

cumprimento das funções institucionais (que se avolumam a cada dia) com menos desgaste pessoal.

É preciso destacar também que no período a que se refere o presente relatório, foram criadas **43 novas Promotorias de Justiça, e extintas sete, elevando o número de unidades de 250 para 293**, o que corresponde a um **crescimento real de 17,2%**, conforme quadro 5.

	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Criações	1	8	15	12	7	43
Transformações	-	3	9	4	1	17
Extinções	-	-	-	5	2	7

Logo, para suprir as necessidades da área de pessoal, proporcionar o aumento da estrutura e ainda assegurar melhorias nas instalações e a manutenção dos serviços, dentre outras demandas, o orçamento do MPDFT teria que ser continuamente reforçado.

Registre-se, por oportuno, que tais tarefas somente foram viabilizadas frente à atuação diligente da Assessoria de Políticas Institucionais (API); da Diretoria-Geral (DG); dos Departamentos de Arquitetura e Engenharia (DAE), Gestão de Pessoas (DGP), Tecnologia da Informação (DTI), Orçamento e Finanças (DOF) e Apoio Administrativo (DAA); e da Assessoria de Assuntos Legislativos, seja no levantamento das demandas e/ou no planejamento das ações, seja na elaboração de projetos e de termos de referência, seja na execução de procedimentos administrativos, tais como licitações, pregões, concorrências, empenho, pagamento, **sem esquecer a intensa atividade junto ao Congresso Nacional**.

Quadro 5 – Número de unidades criadas, transformadas ou extintas entre agosto/2010 e março/2014.



Posse de novos servidores em 2014



Posse de promotores de Justiça adjuntos do MPDFT

ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ao finalizar a primeira etapa desta prestação de contas, é preciso mencionar a estrutura administrativa do Departamento de Orçamento e Finanças (DOF), que sempre cumpriu com galhardia sua atribuição e jamais deixou de apresentar resultados positivos, **embora tenha um quadro de servidores aquém de suas necessidades**. No entanto, são servidores capacitados e compromissados com a qualidade do serviço, que investiram e investem no aprimoramento da metodologia de trabalho e no aperfeiçoamento pessoal.

Atualmente o DOF conta com 25 servidores e 5 estagiários, como demonstra o quadro abaixo.

	JULHO/ 2010	MARÇO/2014
Analistas	4	4
Técnicos	12	16
Lotação Provisória	2	0
Requisitados	7	5
Estagiários	2	5
TOTAL	27	30

Vê-se que é uma estrutura enxuta, cuja situação foi agravada **pela perda de dois servidores requisitados** ao longo dos últimos anos. Embora o crescimento do número de técnicos e estagiários pareça relevante, perdura a necessidade de canalização de esforços para a melhoria dessa estrutura, seja no incremento de pessoal, na modernização de sistemas ou na qualidade do ambiente de trabalho.

O DOF está atualmente instalado numa área de 270m², no 7º andar do Edifício IBAMA, situado no Setor de Autarquias Sul. Naquele local, a luta por estacionamento é ingrata, porque não há garagem privativa; o prédio todo está precisando de reforma. Os espaços comuns, que dão acesso ao MPDFT, estão desgastados pelo tempo. Os elevadores estão em más condições e há problemas na rede elétrica (já diagnosticados pelas autoridades competentes).

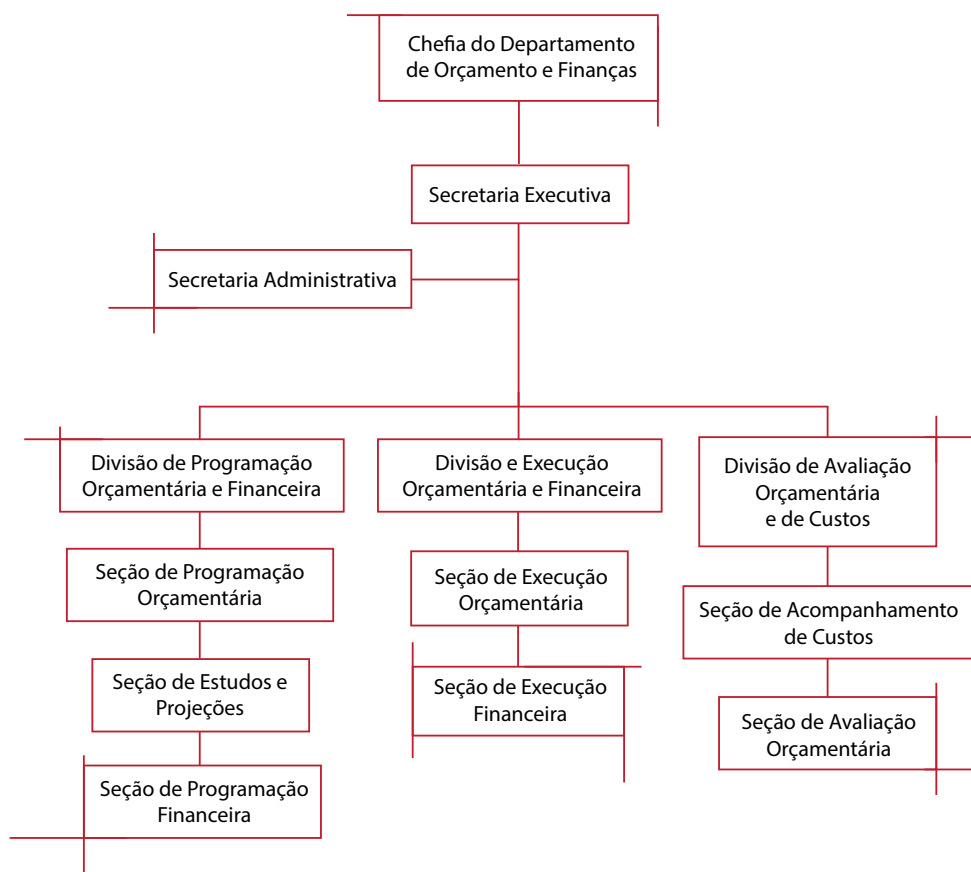
Quadro 6 – Pessoal do Departamento de Orçamento e Finanças

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças



Equipe do Departamento de Orçamento e Finanças

Sua estrutura conta, atualmente, com duas secretarias (uma executiva e outra administrativa), três divisões e sete seções, conforme demonstrado no organograma a seguir.



O próximo passo é transferir o DOF para o Edifício-Sede do MPDFT ou para um imóvel mais próximo. Tal medida tem como objetivo único acomodá-lo em local digno, tanto para melhorar suas instalações como as condições de trabalho dos servidores que, mesmo diante das adversidades, vêm demonstrando uma excelente produtividade.

Para 2014, então, restaram tais desafios!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que foi feito até agora e documentado, **nesta primeira etapa da Prestação de Contas**, ainda não abrange a totalidade das metas que desejava realizar na questão orçamentária.

Trabalhei muito, dei o melhor de mim para materializar o que era possível e tornar factível o que parecia impossível. Em nenhum momento cruzei os braços e esperei as coisas acontecerem. Tive a sorte de contar com equipes competentes, que abraçaram o ideal de fazer mais e cada vez melhor.

É certo que ainda há muito a realizar, principalmente porque o MPDFT deve estar sempre em construção. Precisarás sempre de recursos orçamentários/financeiros. Não pode estagnar. Não tem vida limitada ao tempo ou ao espaço.

Agradeço o tempo que dispensaram na leitura deste relatório e espero ter contribuído para que conheçam um pouco mais a vida financeira do MPDFT.

Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Procuradora-Geral de Justiça



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade.

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2
Edifício-Sede do MPDFT
CEP 70.091-900
Brasília-DF

Telefone
(61) 3343-9500

www.mpdft.mp.br

